

O contabilista precisa de ser um auxiliar das empresas e não da administração fiscal

Alves da Silva espera que o IV Congresso seja um momento de viragem, mas considera que o SNC não está ainda bem entranhado no espírito dos contabilistas. Prova disso é o facto de ainda não ter visto um único anexo corretamente elaborado.

Texto Jorge Magalhães Fotos João Miguel Rodrigues

São 81 anos de vida, mais de cinco décadas de profissão. Da acumulação do saber, das milhares de páginas lidas, das infindáveis horas gastas em formação, estudo e discussões, dos intermináveis dias de solidão em redor de números, contas, recibos, faturas, muito papel, António José Alves da Silva ganhou a consideração e o respeito de uma classe. Fala, por isso, de forma apaixonada e sem rodeios, com a autoridade que a experiência e os anos lhe forneceram. É um excelente contador de histórias, já se sabe, e fala quase sempre com um sorriso, quase sempre tem uma piada pronta, uma história vivida que se encaixa na perfeição no que está a contar.

Diz, sem meias tintas, que técnico oficial de contas não é uma profissão e que a expressão sempre lhe soou mal. Espera que o IV Congresso, do qual é o presidente, represente uma viragem na profissão e que o contabilista – nome

que gostaria de ver consagrado – precisa de ser um parceiro e um auxiliar das empresas e não da administração fiscal. Ao mesmo tempo alerta para problemas: confessa que ainda não viu um anexo corretamente elaborado e que a nova demonstração de alterações ao capital próprio é «uma desgraça». Como desgraças são, em seu entender, as deduções e benefícios no IRS ou o caminho que a Europa está a seguir, condenada que parece estar ao empobrecimento.

TOC – Foi o secretário-geral do II Congresso dos TOC, realizado em 2006 e neste IV Congresso é o presidente. O que significa para si estas distinções?

Alves da Silva – Registo-as com agrado e prazer. Fico muito satisfeito com este reconhecimento que os responsáveis da nossa Ordem me quiseram prestar, até porque este é um congresso que poderá representar uma grande viragem na nossa profissão.

TOC – É essa a expectativa que tem?

A. S. – Para mim, é um momento de viragem no sentido de, finalmente, a nossa Ordem se institucionalizar, verdadeiramente, como representante da profissão.

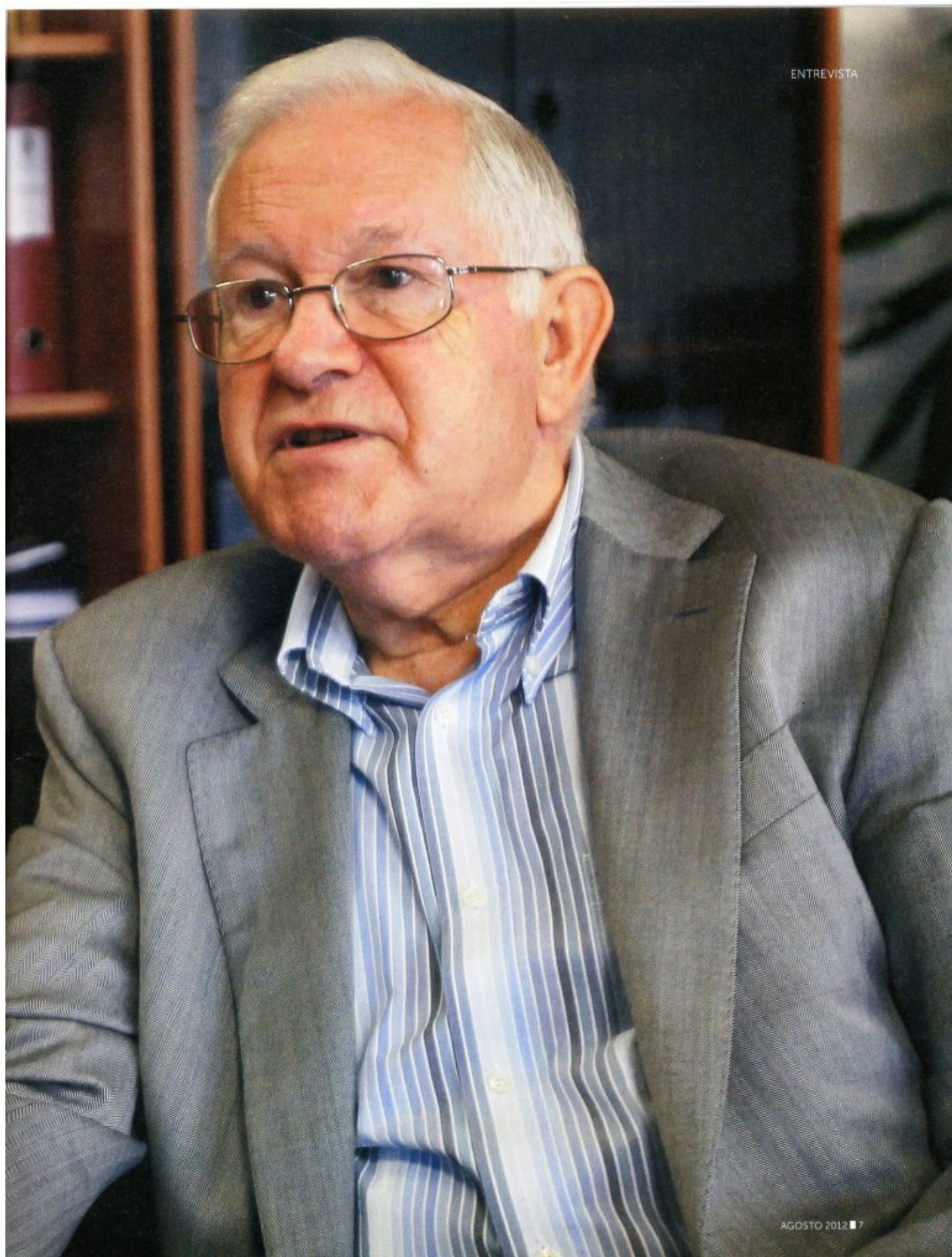
TOC – Parece-lhe que esse objetivo ainda não foi atingido?

A.S. – Não, ainda não o foi totalmente. O que falta? A mudança do nome, da profissão. Técnico oficial de contas não é profissão alguma. Ela só está consagrada para efeitos fiscais.

TOC – Qual seria a designação correta?

A. S. – Independentemente de se poder agregar algum adjetivo, o correto seria chamar-lhe, como em todo o mundo, contabilista. Essa profissão existe. Existem as instituições que qualificam o contabilista. Não existe nenhum curso superior ou a nível didático de técnico oficial de contas. Pode haver cursos para preparar TOC, mas isso é diferente.

ENTREVISTA



AGOSTO 2012 ■ 7

A. S. - Sim, mas de forma mais atenuada. Noto que o fisco, e ainda bem, deixou de intervir na contabilidade. Hoje, os TOC já não têm

A. S. – Sem dúvida, sei que não é fácil. Tem sido muito positivo o encaixe demonstrado pelos TOC na questão do SNC. Mas há ainda muitas falhas. Não sei se serei ingrato, mas dos anexos que vi, não encontrei nenhum que estivesse correto. Isto é grave e deixa-me preocupado, porque senti que os contabilis-



PERFIL

António José Alves da Silva é um nome bem conhecido do universo contabilístico português. É o TOC n.º 15 e o único membro honorário da OTOC vivo. Especialista em matérias de contabilidade, revisão de contas e fiscalidade, possui uma valiosa experiência de cinco décadas.

Entre muitas outras atividades desenvolvidas, fez parte da Comissão para o Estudo da Normalização Contabilística, que culminou com a aprovação do Plano Oficial de Contabilidade conforme Dec.-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro.

Entre 1978 e 1996 foi presidente do Conselho Técnico da Câmara dos Técnicos de Contas e presidente da Sociedade Portuguesa de Contabilidade, (1980-83). Foi membro efetivo da Comissão de Formação e Aperfeiçoamento da U.E.C. - *Union Européenne des Experts Comptables Économiques et Financiers*, em representação de Portugal e da Sociedade Portuguesa de Contabilidade, até 1986.

Alves da Silva é também um formador de créditos reconhecidos. É membro do Conselho Superior da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e foi presidente do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, hoje OROC. Foi colaborador do «Jornal do Técnico de Contas e da Empresa» e tem atualmente na revista TOC uma secção permanente designada «A Contabilidade e o Fisco».

tas não assimilaram a riqueza do anexo como uma mais-valia para eles e para as respetivas empresas. Repito: não vi anexo algum correto. E porquê? Estão ainda muito enraizados na dicotomia contabilidade/fiscalidade. É importante que os TOC meditem sobre a pergunta 19 da CNC. A maioria dos TOC desconhece esta questão.

TOC – E qual é a questão?

A. S. – É extraordinária e devia ser discutida ao mais alto nível na OTOC. A CNC afirma que o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados do SNC nada tem a ver com as demonstrações da IES. Isto é muito relevante porque a maioria, senão a totalidade dos profissionais, está convencida que, preenchendo a IES, dá cumprimento ao SNC no que respeita ao anexo.

TOC – Falta de informação, falta de comunicação, deficiente formação, a que é que atribui essa lacuna?

A. S. – Falha de comunicação. Nas sessões de formação que assisti isto não foi esclarecido. Admito que os formadores, no princípio, não estivessem vocacionados para ir ao pormenor e fazer a distinção. Tanto assim que resultaram dúvidas que foram colocadas à CNC. Os TOC não podem, no dossiê fiscal, apresentar a IES como trabalho acabado.

TOC – Em 2006, referiu em entrevista a esta revista que «a Contabilidade atual sofre a pressão exercida pela Fiscalidade.» Seis anos depois mantém essa afirmação?

A. S. – Mantenho essa ideia. Não houve agravamento, mas mantém-se essa questão porque não há perceção total de que o contabilista tem que fazer a contabilidade e depois tem que corrigir, como em

todo o mundo, aquilo que a fiscalidade exige. O contabilista, no futuro, tem que fazer a contabilidade a pensar naquilo que o SNC preconiza: informação para os utilizadores da contabilidade. Mas fazê-la com todas as regras e só depois corrigir o que deve ser corrigido para a fiscalidade. Onde é que não vi evolução? Vi melhorias, é certo mas não vi evolução: muitos contabilistas, por força da sua atitude perante a fiscalidade, não contabilizam os factos como eles se colocam a nível económico e jurídico porque têm, por outro lado, a fiscalidade a corrigir. E como isto sucede, entendem que fazer as correções é mau e não procedem de acordo com a essência contabilística. Um exemplo: tenho um ativo com um determinado valor que sei que não é isso que vale em termos de mercado. Como agora se chama, tenho ali uma imparidade. Se eu sentir que tenho de apresentar a terceiros o meu património correto, tenho que fazer ali uma imparidade. Só que ela vai a custo e o fisco diz que ela não será aceite como tal. A maioria dos TOC ainda não se apercebeu de que é a mesma coisa. Se eu não fizer a imparidade o resultado é "x", se fizer a imparidade o resultado contabilístico será "x" menos a imparidade, mas para efeitos fiscais continua a ser "x", ou seja, a mesma coisa. No entanto, para a transparência das contas, é completamente diferente. É esta mais-valia que tem que ser analisada e que tem que ser o início de uma mudança de mentalidade. Isto não é para este congresso mas para muitos congressos. Tem que se explicar ao TOC que deve fazer uma contabilidade pura daquilo que é a atividade económica.

TOC – Os profissionais têm hoje mais consciência da importância que o seu trabalho tem na sociedade?

A. S. – Parece-me que não. Por um lado, os TOC não tiveram possibilidade de aprofundar todas as responsabilidades que recaem sobre os seus ombros, por outro não vejo a nível das instituições de regulação, como vejo lá fora, os problemas da profissão serem discutidos. Não é fazer acusações. É discutir e tentar resolver os problemas. Há problemas gravíssimos. Dou-lhe um exemplo concreto em que tive de intervir: um TOC preencheu a IES corretamente, mas na questão sobre se as contas tinham sido aprovadas em assembleia geral, ele disse que sim. Quando lhe pedi a ata, descobri que há quatro anos que essa empresa não faz atas de aprovação de contas. Chamei-o à atenção para o facto de ele estar a fazer uma falsa afirmação e de a responsabilidade ser dele. Agora está à rasca. Como os dois sócios estão desavindos e um quer comprar a parte do outro, o caso pode ir parar a tribunal e ele já nem dormiu.

Noto que somos pouco abertos, tanto a nível da nossa Instituição como da OROC. Devemos dialogar mais, não para fazer acusações, repito, mas para resolver os problemas. Porque os problemas existem e não acredito que seja apenas eu a confrontar-me com eles.

TOC – Que outros problemas o afligem?

A. S. – Há outro que é uma desgraça: a nova demonstração das alterações do capital próprio. Tenho visto algumas que nem os próprios profissionais sabem explicar os números que lá aparecem. Dizem que é o sistema informático... Isto é uma realidade, para a qual tenho provas. Há grandes manipulações ao nível

A CNC afirma que o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados do SNC nada tem a ver com as demonstrações da IES. Isto é muito relevante.

de grandes empresas cotadas em bolsa. Aquela demonstração é uma maravilha, é uma mais-valia para o TOC que a dominar. Se eu tenho um custo e não o quero levar à conta de resultados porque diminui o resultado e origina menos dividendos a distribuir, o que é que se faz? Agarra-se nesse custo e debita-se diretamente na situação líquida. Se tiver um milhão de resultados e uma imparidade de 900 mil, se for levar a imparidade à conta de resultados só tenho um lucro de 100 mil. A demonstração das alterações ao capital próprio é para isso mesmo, mas é para ser explicada. Mais: um gestor que ganhar a sua remuneração variável através dos resultados do exercício pode dar instruções para que determinado custo vá para a situação líquida, que até aguenta, o resultado não mexe e ele acaba por ter benefícios económicos à conta da sua remuneração. Entramos noutra capítulo? Com certeza. Mas é esse capítulo que eu quero que seja positivo na função do contabilista: ser parceiro, explicar. Explicar o resultado integral. Admito que a nossa Ordem esteja a trabalhar nesse sentido.

Se é grave? É gravíssimo. Um caso que veio a lume: determinada empresa foi acusada de má gestão pelo gestor de uma rival. Este dizia que essa tal empresa não tinha viabilidade porque apresentara no primeiro semestre 42 milhões de euros de prejuízo. O gestor da empresa foi confrontado pelos jornalistas e respondeu muito calmamente que não

eram 42 milhões mas apenas três milhões de prejuízos. Os 39 milhões eram de umas imparidades... Não sou eu que digo isto, é um grande empresário deste país que o diz nos jornais para tentar explicar os resultados. Ora, o contabilista tem aqui um papel fundamental, ajudando a explicar esse resultado.

TOC – Essa disparidade de leituras não poderá ser um descrédito para a própria contabilidade?

A. S. – Não. Explicações como essas são para ser dadas no anexo. Há colegas que fazem o anexo de acordo com o que está na Portaria 986, mas o anexo não serve para isso, serve para cruzar as normas contabilísticas e de relato financeiro com cada um dos itens do balanço e da conta de resultados e dar a explicação. Explicação para o grande público, onde se inclui o acionista, o credor, quem quer que seja. É no anexo, que eu considero uma peça extraordinária, que as explicações devem ser dadas. Porque aquele resultado e não outro? Efetivamente, os resultados podem divergir. O mesmo técnico pode fazer duas demonstrações de resultados, balanço e conta de resultados de maneira diferente, se as premissas para a elaboração desses documentos variarem. E as duas estão corretas. As premissas podem variar e aí é que pode haver discussão. É esta nova mentalidade que o TOC deve assumir. O TOC não pode recusar, quer da sua entidade patronal, diretor fi-

nanceiro ou quem quer que seja, fazer esta ou aquela contabilização por determinada via, desde que esteja dentro das normas éticas e deontológicas e dos preceitos da sua organização profissional. Podem existir sensibilidades diferentes. A dificuldade é alterar a mentalidade vigente.

TOC – Face a tudo o que tem dito, os TOC estão, de uma forma geral, bem preparados tecnicamente?

A. S. – De uma maneira geral, o contabilista tem bases para poder abarcar com todas as mudanças que estão a operar-se. Mas também devo confessar que muitos deles chegam das universidades muito mal preparados. A experiência faz-se. É evidente que não se pode preparar um licenciado em contabilidade para todas as situações. Conheci um contabilista, altamente qualificado, que, em determinada altura não sabia como contabilizar a amortização de uma quota que a empresa tinha feito. E era um profissional altamente qualificado. E não sabia porquê? Porque tal situação nunca lhe tinha passado pelas mãos. Isto para dizer que a escola não pode fornecer todo o material e experiência da vida.

TOC – Por outras palavras, o TOC tem que estar em permanente formação?

A. S. – Não tenha dúvidas, é o que venho dizendo há muitos anos. É preciso trabalho, trabalho e mais trabalho. A escola é a base, mas depois a vida prática é completamente diferente. Necessitamos sempre da formação contínua ou, como me dizem alguns colegas estrangeiros, da formação perpétua.

TOC – A evasão fiscal é uma prática comum nas empresas?

É um erro o IRS ter tantas deduções.

Não devia ter nenhuma. Veja, por exemplo, o que se passou com o número de crianças.

De repente, desapareceram 135 mil.

A. S. – É. Mas não me puxe pela língua (risos). Não conheço nenhuma empresa que não faça evasão fiscal.

TOC – De que forma?

A. S. – Por exemplo, através do uso indevido dos bens da empresa, como gastos de despesas de representação. O fisco sabe-o tão bem como eu e não tem acompanhado isto. Se hoje se tributam as despesas de representação é precisamente porque se sabe que não são despesas de representação. São gastos familiares dos donos das empresas. O fisco, para receber algum, tributa autonomamente. Se o fisco tributa os quilómetros é porque se verifica que aquilo não são efetivamente quilómetros, mas sim um complemento de ordenado. Há carros que são da empresa mas não estão ao serviço da empresa. Ou seja, o resultado do IRC não corresponde à realidade.

TOC – A quebra das receitas fiscais de que tanto se fala pode ser explicada, em parte, pelo aumento da evasão fiscal?

A. S. – É o somatório da quebra da atividade económica com a subida de impostos. Por exemplo, esta questão de se poder deduzir o IVA no IRS, já em 2013, não vai dar nada. Isto não irá resolver o problema. Já no governo de Durão Barroso, com Manuela Ferreira Leite como ministra das Finanças, se fez algo semelhante. A evasão é uma prática generalizada. A operação «Self-service», segundo o que

vi nos jornais, visou o programa informático designado por «SIM SIM» altamente sofisticado que fazia a divisão da receita para o fisco e para a receita extra. Onde estava a evasão fiscal: não tributava a receita na totalidade. A parte que entrava por fora era retirada para pagar o resto do ordenado ao chefe de mesa e ao escanção. Na folha para a Segurança Social declaravam apenas o salário mínimo, mas recebiam três ou quatro vezes mais. Esse dinheiro era retirado dessa dita receita extra. Perguntaram-me como é que se resolvia a situação. Simples: colocando tudo na folha de ordenado. Daqui a uns anos, aparecem na televisão a dizer que têm uma pensão de miséria. Pois têm. Descontaram sobre um salário mínimo e recebiam quatro. De uma forma ou de outra, toda a gente faz evasão fiscal e a administração fiscal sabe disso.

TOC – Parece-lhe que atingimos o limite da carga fiscal suportável e entramos na parte descendente da curva de Laffer?

A. S. – Não tenho dados objetivos para lhe responder a isso. O que lhe posso dizer é que é um erro o IRS ter tantas deduções. Não devia ter nenhuma. Veja, por exemplo, o que se passou com o número de crianças. De repente, desapareceram 135 mil. Os comunistas já não comem criancinhas ao pequeno-almoço para elas terem desaparecido de um momento para o outro. O que é que havia? Do mais categorizado técni-

co da nação até ao mais humilde cidadão, há fuga. Todos conhecemos gente divorciada que colocava nas declarações os filhos de um lado e do outro. O fisco não sabia? Claro que sim. É preciso é tomar medidas concretas e bem explicadas. O nosso IRS é altamente complexo. Esta questão das deduções é política, não é técnica. Se um indivíduo ganhou 100, o fisco ia lá buscar 20 por cento e o assunto estava encerrado. Se tem saúde, educação, etc., paciência. Estes benefícios são um erro. É uma forma pouco equitativa de distribuir o esforço fiscal. Sabe, por exemplo, que toda a Baixa Pombalina não paga IMI? Há um decreto-lei que define o perímetro e o que está dentro dessa área não paga imposto. Isto é meramente político.

TOC – Perante o que me está a dizer, Portugal é um País sem solução e está nas mãos de lobbies, partidos, grupos e interesses?

A. S. – É evidente que o País tem possibilidades, mas terá que haver muitas modificações. Chegará um momento em que a receita do restaurante, da oficina do carro, etc, não precisa de esconder nada, porque ela é tão pequena que tem que dar para justificar o ordenado de quem lá trabalha. Isto é a penúria completa, mas corremos o risco de lá chegar.

TOC – Um alto responsável de uma grande multinacional europeia, a Unilever, afirmou há poucos dias que a sua empresa se estava a preparar para o «regresso da pobreza à Europa». A Europa está condenada a empobrecer?

A. S. – Está. Há cerca de dez anos fiquei surpreendido e confesso que não percebi as razões que levaram a Shell a desinvestir na Europa.

Dez anos depois, compreendi: eles desinvestiram na Europa para investir na China, porque o futuro nos próximos 50 anos, afirmaram, seria a China. Em Portugal venderam a rede de postos à Repsol e devem tê-la deixado à rasca. A Europa está em decadência. Outro exemplo: há uns largos anos, os armazéns Lafayette vendiam produtos baratíssimos e os franceses ficavam satisfeitos por terem acesso a eles. Só se aperceberam que algo estava mal quando o marido ou a mulher ficou sem emprego porque a fábrica que fazia aqueles produtos tinha passado para a China ou para outro país do Oriente. E há muitos exemplos destes. Estive no congresso do IFA, em Paris, no ano passado. Os dinamarqueses tinham lá o seu *stand* e, no intervalo, fui visitar esse espaço. Havia bonequinhos da Lego para oferecer. Escolhi um, fui tomar o café e quando o observei com mais atenção vi «Made in China». O que é que pensei? Que dentro de poucos anos, a fábrica da Lego da Dinamarca deixará de ter a importância que tem hoje e muita gente ficará no desemprego. A fábrica da Lego na Dinamarca, que conheço, é uma maravilha, mas poderá estar condenada. A Europa teve o seu *boom*, tem infraestruturas fantásticas mas é insustentável.

TOC – Que balanço e *feedback* tem tido da experiência de ser um colaborador permanente da revista TOC com a sua rubrica «A Contabilidade e o Fisco»?

A. S. – Tenho sido incentivado a continuar a escrever por pessoas que conheço e que me conhecem. Sinto que nesses há interesse, mas não consigo ter uma visão mais abrangente.☞

